



ACÓRDÃO Nº969/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº11765/2021.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Departamento Municipal de Trânsito de Maués – DEMUT.
- 4- **Exercício:** 2020.
- 5- **Responsável:** Peterson Alberto Aguiar Dinelly (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1454/2022-DIMP, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas Anual.
Departamento Municipal de Trânsito de Maués -
DEMUX. Exercício de 2020.

*Regularidade com ressalvas. Quitação.
Recomendação. Determinação. Arquivamento.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas do Sr. **Peterson Alberto Aguiar Dinelly**, responsável pelo Departamento Municipal de Trânsito do Município de Maués - DEMUT, no curso do exercício 2020, nos termos do art. 71, II, c/c o art. 75 da Constituição Federal, art. 1º, II, c/c art. 22, II, da Lei Estadual nº 2423/1996, e art. 5º, II e art. 188, §1º, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM.

10.2. Dar quitação ao Sr. **Peterson Alberto Aguiar Dinelly**, nos termos do art. 24, da Lei Estadual nº 2423/1996, c/c art. 189, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM.

10.3. Recomendar ao atual gestor responsável pelo Departamento Municipal de Trânsito de Maués – DEMUT, que mantenha atualizado o Portal de



ACÓRDÃO Nº969/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

Transparência do órgão, notadamente com relação aos seguintes dados:

- 10.3.1.** Informações de receitas e despesas, quando o instrumento legal determina a obrigatoriedade de divulgação, em tempo real, de informações relativas à execução orçamentária e financeira;
- 10.3.2.** Informações sobre auditorias do controle interno e externo;
- 10.3.3.** Informações completas sobre os registros de competências e estrutura organizacional, endereços e telefones dos setores que compõem o órgão;
- 10.3.4.** Demonstrativos de despesas com informações detalhadas sobre as aquisições ou serviços nos quais foram aplicados os recursos;
- 10.3.5.** Informações atualizadas sobre a gestão fiscal do órgão;
- 10.3.6.** Informações atualizadas sobre procedimentos licitatórios e contratações;
- 10.3.7.** Informações sobre os dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras do órgão, com informações sobre a execução de cada componente;
- 10.3.8.** Esclarecimentos quanto a procedimentos a serem adotados para informações que não podem ser concedidas imediatamente e;
- 10.3.9.** Informações sobre procedimentos para classificação de informações restritas.

10.4. Determinar que seja recomendado à DICAMI que as próximas comissões de inspeção no DEMUT:

- 10.4.1.** Acompanhem e verifiquem as medidas adotadas pelo órgão com relação à Renúncia de Receita pertinente a infrações de trânsito, considerando que o DEMUT celebrou Termo de Convênio com o DETRAN/AM em 24.06.2021, visando implantar a fiscalização de trânsito na cidade de Maués, buscando superar as dificuldades para implantação de um sistema de cobrança em razão do número reduzido de servidores;
- 10.4.2.** Verifiquem se o órgão, de fato, tomou providências no sentido de estabelecer um sistema informatizado para a geração de guias de arrecadação de receita, melhorando assim o controle das receitas arrecadadas, notadamente a cobrança de taxas de estacionamento e liberação de veículos, alvarás de taxistas e mototaxistas.



ACÓRDÃO Nº969/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

10.5. Arquivar o processo, após cumpridas as providências supracitadas.

11- Ata: 22ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 22 de Junho de 2022

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral